

## **OS IMPACTOS DO MICROCRÉDITO SOBRE A GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA NA REGIÃO NORTE DE MINAS GERAIS**

Luciana Maria Costa Cordeiro  
Professora do Departamento de Economia da Unimontes

Maria de Fátima Rocha Maia  
Professora Pesquisadora do Departamento de Economia da Unimontes

Ana Maria Camilo Hermeto  
Pesquisadora do Cedeplar/UFMG

Marco Aurélio Crocco Afonso  
Pesquisador do Cedeplar/UFMG

Gisele de Cássia Gusmão  
Bolsista de Iniciação Científica PROBIC/FAPEMIG E PROBIC/Unimontes  
Flaviane Souza Santiago

Bolsista de Iniciação Científica PROBIC/FAPEMIG E PROBIC/Unimontes

### Resumo

Nos últimos anos, tem ocorrido uma ampliação das disparidades de renda entre os estados brasileiros. Esse quadro agrava-se, ainda, em virtude da perda da capacidade do governo, de implementar políticas de desenvolvimento regional, pois a ausência ou a debilidade dessas políticas tende a reforçar os critérios do mercado, como principais determinantes da alocação de investimentos no espaço nacional. Isso favorece as regiões mais ricas em detrimento das mais atrasadas. Dessa forma, acredita-se que cada estado ou região deveria ter um diagnóstico sobre o seu mercado de trabalho identificando seus problemas e, a partir deles, desenhar a estratégia de intervenção pública. Em virtude a esta realidade, tem-se presenciado o crescimento do número e do alcance das experiências de crédito popular no Brasil. Neste cenário, o apoio a modelos alternativos de geração de ocupações, como o trabalho autônomo e os pequenos empreendimentos de base familiar ou associativa, vem se firmando como elemento central de estratégias destinadas a reverter a tendência à queda dos níveis de emprego e renda de parcelas significativas da população. Diagnosticado o problema central da região, este trabalho tem como objetivo analisar a eficácia das políticas de geração de emprego e renda pautados na oferta de crédito, aqui denominado programas de microcrédito, para a população Norte Mineira de microempreendedores de baixa renda. Procura-se determinar em que medida esta política tem servido como instrumento efetivo de combate à pobreza na região. A eficácia poderia ser definida como o resultado efetivamente obtido com as ações em termos de geração de trabalho e renda. Inclui, portanto, o aumento do número de postos de trabalho, a elevação dos ganhos dos beneficiados e outros aspectos qualitativos associados. Dado o objetivo central deste trabalho, apresentam-se aqui os capítulos descritivos do mesmo. Inicialmente, desenvolve-se breve introdução. Em seguida, no capítulo 2, verificam-se os principais aspectos teóricos inerentes às discussões sobre a pobreza urbana em suas diversas interpretações. No capítulo 3, caracteriza-se a Região Norte de Minas Gerais em seus principais aspectos econômicos e sociais, o qual lhe confere a condição de região tipicamente pobre. O quarto capítulo traz uma análise dos programas de microcrédito verificando em seus objetivos a efetiva possibilidade de estarem pautados na tentativa de redução das condições de pobreza do Norte de Minas. No quinto capítulo foram desenvolvidos testes econométricos de impacto, a fim de se avaliar o efeito das variáveis emprego e renda ao longo do tempo, para micronegócios atendidos pelos programas de microcrédito. Finalizando o texto, no item seis, apresentam-se as principais conclusões destacando a grande importância de se diagnosticar as estruturas locais, em seus aspectos econômicos e sociais, bem como da inserção de políticas estruturais, pautadas em linhas de financiamento como o microcrédito, para amenização dos problemas enfrentados pela Região Norte de Minas Gerais, quanto à geração de emprego e renda.

Palavras-chave: Norte de Minas, microcrédito, geração de empregos, fomento de renda, desenvolvimento regional.

## 1 – INTRODUÇÃO

Um dos grandes desafios da economia atual consiste na superação dos altos índices de desemprego. Em países com baixo nível de renda como o Brasil, o mercado de trabalho não possui dinamismo para geração suficiente de empregos. Isso porque não apresenta ritmo necessário de forma a absorver o grande contingente de mão-de-obra, que abandona o campo, em busca de melhores oportunidades nos centros urbanos.

Nos últimos anos, as disparidades de renda entre os estados brasileiros têm sofrido uma ampliação. Esse quadro agrava-se, ainda mais, em virtude da perda da capacidade do governo, de implementar políticas de desenvolvimento regional. Para que uma política pública tenha alguma efetividade, esta deve estar fundamentada em diagnósticos. Desta forma, cada estado ou região deveria ter um diagnóstico sobre seu mercado de trabalho, identificando seus problemas e, a partir deles, desenhar a estratégia de intervenção pública.

Diante dessa realidade, nos últimos anos, tem-se presenciado o crescimento do número e do alcance das experiências de crédito popular no Brasil. De um aspecto econômico, a globalização tem levado a uma crescente precarização do mercado de trabalho formal, com o desaparecimento de um número expressivo dos postos de trabalho (especialmente no setor industrial) e um aumento da proporção de ocupações instáveis e mal remuneradas. Neste cenário, o apoio a modelos alternativos de geração de ocupações, como o trabalho autônomo e os pequenos empreendimentos de base familiar ou associativa, vem se firmando como elemento central de estratégias destinadas a reverter à tendência à queda dos níveis de emprego e renda de parcelas significativas da população.

Neste contexto o presente trabalho busca analisar a eficácia das políticas de geração de emprego e renda pautada na oferta de crédito, aqui denominado programas de microcrédito, para a população Norte Mineira de microempreendedores de baixa renda. Um aspecto dessa questão é verificar se os programas de microcrédito são suficientes para melhorar as condições econômicas dos beneficiados e dos segmentos desvantajados da economia, e apresentam retorno considerável em relação aos investimentos efetuados. A definição da eficácia está pautada nos resultados efetivamente obtidos com as ações, em termos de geração de trabalho e renda. Inclui, portanto, o aumento do número de postos de trabalho, a elevação dos ganhos dos beneficiados e outros aspectos qualitativos associados.

Desta forma, neste estudo procura-se discutir se, de fato, este programa tem impacto sobre o desemprego e sobre a produtividade e daí sobre a pobreza. Para isso, pretende-se basear a análise numa avaliação do impacto deste programa sobre o emprego e a renda, com acompanhamento de beneficiados (grupo de tratamento), incorporando informações sobre a evolução de um grupo de comparação (controle). Além do impacto imediato, busca-se avaliar a duração deste, que tende a ser cumulativo, com base em informações a serem coletadas de forma longitudinal.

Dado o objetivo central deste trabalho, apresentam-se aqui os capítulos descritivos do mesmo. Os aspectos teóricos inerentes às discussões conceituais sobre pobreza, permitindo a percepção da importante diferenciação entre pobreza relativa e pobreza absoluta, será tema do Capítulo I. No capítulo II, apresenta-se os principais aspectos que caracterizam a Região Norte de Minas. No capítulo III, o objeto de estudo consiste na análise do papel dos programas de microcrédito como políticas de geração de emprego e renda, para redução da pobreza, caracterizando os principais programas em atuação no Norte de Minas. Os pontos levantados no Capítulo IV têm como intuito avaliar o impacto das políticas de emprego e renda, pautadas nos programas de microcrédito, em se tratando dos resultados apresentados para a solução das condições de pobreza na região. Nesta etapa, com base nos resultados da pesquisa de campo, foram construídos testes econométricos de impacto, com utilização das variáveis emprego e renda. Finalizando o texto na quinta seção, apresentam-se as principais conclusões acerca do trabalho proposto, enfatizando a grande importância de se diagnosticar as estruturas locais, sobretudo em seus aspectos econômicos e sociais, de maneira que se possa apresentar medidas de políticas econômicas e sociais, específicas e inerentes à realidade da economia local.

## 2- UMA ANÁLISE TEÓRICA CONCEITUAL SOBRE POBREZA

Não se constitui como objetivo deste trabalho, tratar, de forma pormenorizada, os diversos fatores relacionados à pobreza. Neste caso, serão considerados apenas os fatos que possibilitem demonstrar a existência da pobreza e sua relação com a economia popular, evidenciadas por fatores diversos como a própria escassez de recursos.

A pobreza representa o estado de carências de determinados indivíduos ou população, impossibilitando-lhes a obtenção de renda, que os priva da aquisição de itens básicos como alimentação, moradia, vestuário, saúde e educação.

Ressalta-se que, sobre essa discussão acerca da pobreza, existem duas vertentes conceituais básicas: a visão da pobreza como privação absoluta ou como privação relativa (SEN, 1979)<sup>1</sup>.

A pobreza, como privação absoluta, caracteriza-se por carências generalizadas de elementos reconhecidamente indispensáveis à sobrevivência. No entanto, essa concepção apresenta dificuldades metodológicas, fundamentadas na inexistência de um consenso sobre quais sejam as necessidades essenciais e os níveis de atendimento considerados satisfatórios.

Já a abordagem de pobreza, como privação relativa, considera pobres os grupos sociais que não têm acesso aos meios de subsistência disponíveis para a maioria de uma população. A privação relativa, portanto, representa uma situação de desvantagens na distribuição. O conceito de pobreza, neste caso, é estabelecido em função de um padrão médio de vida <sup>2</sup>.

Sobre este aspecto, LUSTOSA (1989) sugere que uma definição mais abrangente da pobreza pode combinar critérios absolutos e relativos, dependendo da natureza da sociedade em estudo. Deve prevalecer o padrão absoluto em áreas onde a maioria da população é carente e, portanto, nem os valores médios dos atributos selecionados podem ser considerados satisfatórios. Quando o padrão de vida é mais alto, padrões relativos se tornam adequados, podendo ser usados, implicitamente, na determinação de um padrão absoluto ou, explicitamente, na designação da base da distribuição como pobre.

O conceito de pobreza está envolto em numerosas dificuldades, as quais crescem à medida que se requer do conceito uma estrutura que lhe permita servir de instrumento operacional de intervenção política, dirigida à redução ou à erradicação da pobreza.

Indubitavelmente inexistente uma caracterização teórica abrangente acerca do conceito da pobreza e, muitas vezes, a pobreza é confundida com a questão da distribuição de renda, a qual, embora tendo uma relação com a pobreza, constitui-se de forma independente<sup>3</sup>.

A conceituação da pobreza encontra entraves, em função da subjetividade da questão. Para se determinar a pobreza, devem-se considerar os níveis mínimos de necessidades a serem satisfeitas por certos segmentos da sociedade e isso depende da formação de “juízo de valor” sobre quais sejam essas necessidades. Ou seja, deve-se considerar o nível de bem-estar mínimo adequado.

Quando das tentativas de se definir a pobreza, ressalta-se a importância de se perceber que esse fenômeno não pode ser desvinculado do sistema socioeconômico em que se insere. É necessário, portanto, que seja relacionado às suas origens histórico-estruturais, à distribuição da propriedade e da renda e à concentração do poder político e econômico. Só a partir da consideração desses aspectos relevantes é que se construirão condições para investigação das verdadeiras causas da pobreza e das possíveis maneiras de erradicá-la.

Existem alguns conceitos operacionais de pobreza, os quais se resumem na tentativa de separar os pobres dos não pobres. Esses conceitos enquadram-se em duas categorias:

---

<sup>1</sup> Citado por: LUSTOSA, T.Q. & FIGUEIREDO, J.B.B. *Pobreza no Brasil: métodos de análise e resultados*. Rio de Janeiro: UFRJ. Texto para discussão n° 205, 1989.

<sup>2</sup> Esta abordagem tem como principais expoentes Wedderburn (1962 e 1974), MILLER (1964), TOWNSEND (1971 e 1974), GALBRAITH (1976), citados por LUSTOSA, 1989.

<sup>3</sup> Algumas análises teóricas importantes relativas a discussão sobre pobreza podem ser verificadas em ROMÃO(1993).

- a) conceitos subjetivos: pobreza como juízo de valor que se refere a opiniões ou sentimentos das pessoas sobre o seu próprio estado de pobreza ou sobre a situação de pobreza de seu semelhante;
- b) conceitos objetivos: fazem referência à pobreza relativa, à pobreza absoluta e à pobreza absoluta relativa. São definidos por fatores exógenos como volume de renda, tipo de habitação, consumo de alimentos, dentre outros, que permitem a identificação de situações de pobreza das pessoas ou famílias.

## 2.2 – Crescimento Econômico e Redução da Pobreza

Para que o índice de crescimento tenha efeito sobre a redução da pobreza, deve-se considerar o efeito desse crescimento sobre a distribuição de renda e as desigualdades iniciais de renda, recursos e acesso a oportunidades que habilitem os pobres a compartilhar o crescimento, pois quanto menores os índices de desigualdade, maior a possibilidade de redução da pobreza, via aumento das taxas de crescimento.

(...) o modo pelo qual o crescimento afeta a pobreza depende de como a renda adicional gerada pelo crescimento é distribuída no país. Se o crescimento econômico for acompanhado de aumento na parcela de renda auferida pelos mais pobres, as rendas dos pobres crescerão mais depressa do que as rendas médias. Da mesma forma, se o crescimento econômico for acompanhado de um declínio nessa parcela, o crescimento das rendas dos pobres não acompanhará o crescimento das rendas médias. (Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2000/2001, p.52).

Algumas políticas macroeconômicas podem contribuir para a melhor distribuição de renda entre os pobres. A estabilização, após uma inflação alta, por exemplo, tende a favorecer, mesmo que desproporcionalmente, os pobres. O desenvolvimento financeiro também favorece o crescimento e pode reduzir a desigualdade de renda ao melhorar o acesso ao crédito.

Teorias previamente estabelecidas defendiam que o efeito da desigualdade sobre o crescimento seria o de elevação do grau de desigualdade. Isso se a renda dos pobres pudesse ser redistribuída para os ricos, que poupam. Assim, mais crescimento estaria ligado a mais desigualdade, causando o aumento deste efeito sobre os pobres.

No entanto, teorias mais recentes sugerem que uma menor desigualdade pode aumentar a eficiência e o crescimento econômico, por meio de uma variedade de canais. Observa-se que, na medida em que a desigualdade de renda ou de recursos coexiste com mercados de crédito imperfeitos, os pobres, talvez, não possam investir no seu capital humano e físico, com conseqüências adversas para o crescimento a longo prazo.

Em consideração aos aspectos relativos ao crescimento econômico, pode-se observar que, assim como a pobreza de renda diminui com o aumento das rendas médias, a pobreza denotada por outras variáveis como saúde e educação, também diminui. Países e regiões com renda *per capita* similar também podem mostrar resultados muito diferentes, em termos dos aspectos da pobreza, que não se referem à renda. Possivelmente, melhores resultados em saúde e educação contribuem para um crescimento econômico mais rápido.

Existem fortes correlações entre os resultados em termos de saúde, educação e renda. A saúde precária e a desnutrição reduzem a produtividade e o tempo dedicado ao trabalho, efeitos que variam com o nível de educação. Assim, o aumento nos indicadores de desenvolvimento humano pode exercer grande impacto sobre o crescimento econômico. Um baixo desenvolvimento humano reduz as oportunidades econômicas, tornando mais difícil investir em saúde e educação. Intervenções bem orientadas em saúde e educação podem contribuir para a geração de maiores oportunidades econômicas via maiores investimentos.

Uma estratégia efetiva de redução da pobreza exigirá que o governo, a sociedade civil, o setor privado e os próprios pobres empreendam ações em três frentes: promoção de oportunidades, autonomia e segurança. promover oportunidades: expandindo as oportunidades econômicas para os pobres, mediante o estímulo do

crescimento geral, a acumulação de bens e a melhoria dos rendimentos sobre esses recursos, mediante uma combinação de ações vinculadas e não vinculadas ao mercado;

Os pobres devem ser orientados no sentido de acumular recursos, sendo esta a fonte principal de expansão de suas oportunidades econômicas. Estes devem ter fácil acesso a recursos como: saúde e educação, que exercem efeitos indiretos sobre o bem-estar material; terra ou sua propriedade, infra-estrutura e serviços financeiros, considerados importantes para as perspectivas materiais dos pobres. Os recursos sociais, incluindo as redes sociais, também desempenham um papel importante.

Caso ocorra o crescimento econômico, este deverá ser acompanhado do ataque direto às desigualdades socioeconômicas e ao fortalecimento institucional, visando à promoção de uma base socialmente sustentável para o crescimento geral e assegurando que os pobres obtenham benefícios substanciais com esse crescimento<sup>4</sup>. Tal fato é essencial, uma vez que as desigualdades sociais de acesso a recursos podem provocar conflitos distributivos que minem a estabilidade necessária para o crescimento geral.

### 3- CARACTERIZAÇÃO ECONÔMICA DA REGIÃO NORTE DE MINAS GERAIS

Neste capítulo são apresentados os principais aspectos que caracterizam a região Norte de Minas. Neste sentido, procura-se identificar os principais indicadores econômicos e sociais da região, a fim de que se possa observar a real necessidade da inserção dos programas de microcrédito, como política para corrigir os gargalos enfrentados pela mesma ao longo do tempo.

Contudo, torna-se necessário situar a região, conforme divisão de planejamento e condições de desenvolvimento, precedendo a sua caracterização.

De acordo com dados do IPEA (1993)<sup>5</sup>, mais da metade (54,5%) dos indigentes do Brasil encontra-se na região Nordeste, detentora da maior parcela da população nacional que ganha até um salário mínimo e que não contribui para a previdência social. O Nordeste aglutina o maior percentual de pessoas trabalhando no setor informal da economia, fora das regulamentações da relação capital/trabalho (RODRIGUES, 2000, p. 125).

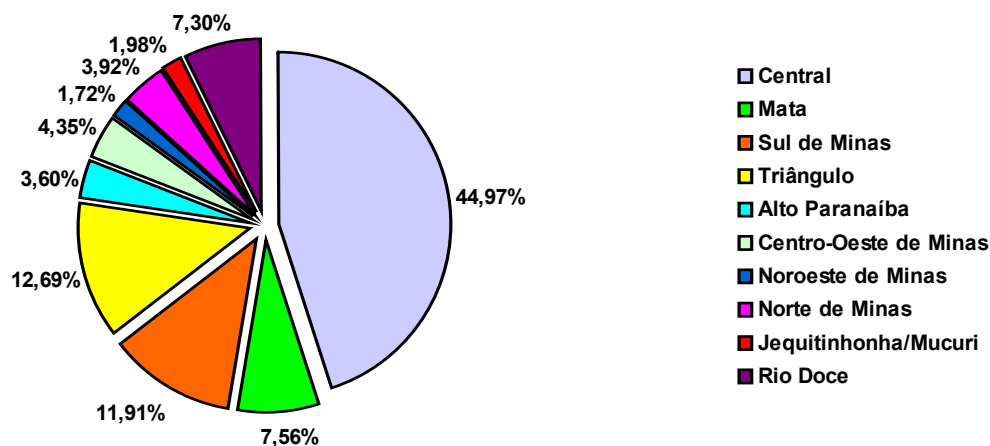
Embora o Norte de Minas Gerais esteja inserido na região Sudeste, ele acompanha o comportamento da economia nordestina, apresentando características semelhantes ao perfil econômico e social de pobreza dessa região.

Mesmo não apresentando o menor PIB do Estado, estando acima do PIB das regiões Noroeste de Minas, Jequitinhonha/Mucuri e Alto Paranaíba, a região é responsável pela segunda menor renda *per capita* do Estado, ficando acima apenas da renda *per capita* do Jequitinhonha/Mucuri.

Nos gráficos 1 e 2 adiante, apresenta-se a participação do PIB por Regiões no estado, bem como a distribuição *per capita* do PIB por regiões.

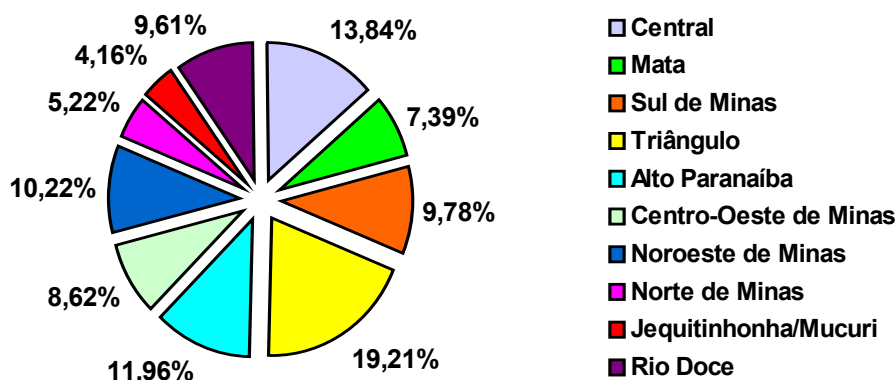
<sup>4</sup> Como exemplo, o Banco Mundial, em seu relatório sobre a pobreza urbana destaca: “Nas sociedades agrárias, a falta de recursos e de oportunidades de geração de renda submete os pobres a uma relação de dependência em relação aos proprietários ricos. E a falta de poupança e de recursos impede que a mulher exerça um papel mais independente no processo decisório na família e na comunidade. As mulheres pobres são discriminadas no lar e na terra, no trabalho e nos mercados de crédito. Essa discriminação causa pobreza e abala o desenvolvimento, pois a atividade da mulher é uma poderosa fonte de avanço humano, especialmente para as crianças. A discriminação com base na etnia, crença religiosa, raça e posição social exerce efeitos semelhantes”. (Relatório Banco Mundial, 2000 – Cap. II, p. 36)

<sup>5</sup> IPEA – Instituto de Pesquisas e Economia Aplicada. O mapa da fome: subsídios à formulação de uma política de segurança alimentar. Brasília, março de 1993.



**GRÁFICO 1: Produto Interno Bruto a Preço de Mercado (PIBpm), segundo Regiões de Planejamento – Minas Gerais – 2003.**

Constata-se que a Região Norte de Minas contribuiu com um dos menores percentuais; fato que é ainda mais preocupante ao se observar a contribuição municipal ao PIB dessa região e verificar uma participação muito mais expressiva de poucos municípios, contra uma participação irrisória de outros<sup>6</sup>.



Fonte: Elaboração com base nos dados do IBGE

**GRÁFICO 2: Produto Interno Bruto *Per Capita* segundo Regiões de Planejamento – Minas Gerais – 2003.**

Conforme evidenciado no quadro 1, o Norte de Minas possui sete microrregiões: Januária, Janaúba, Salinas, Pirapora, Montes Claros, Grão Mogol e Bocaiúva, perfazendo um total de 89 municípios.

<sup>6</sup> Os dados contendo a distribuição do PIB por municípios da região Norte de Minas podem ser encontrados no site da Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI).

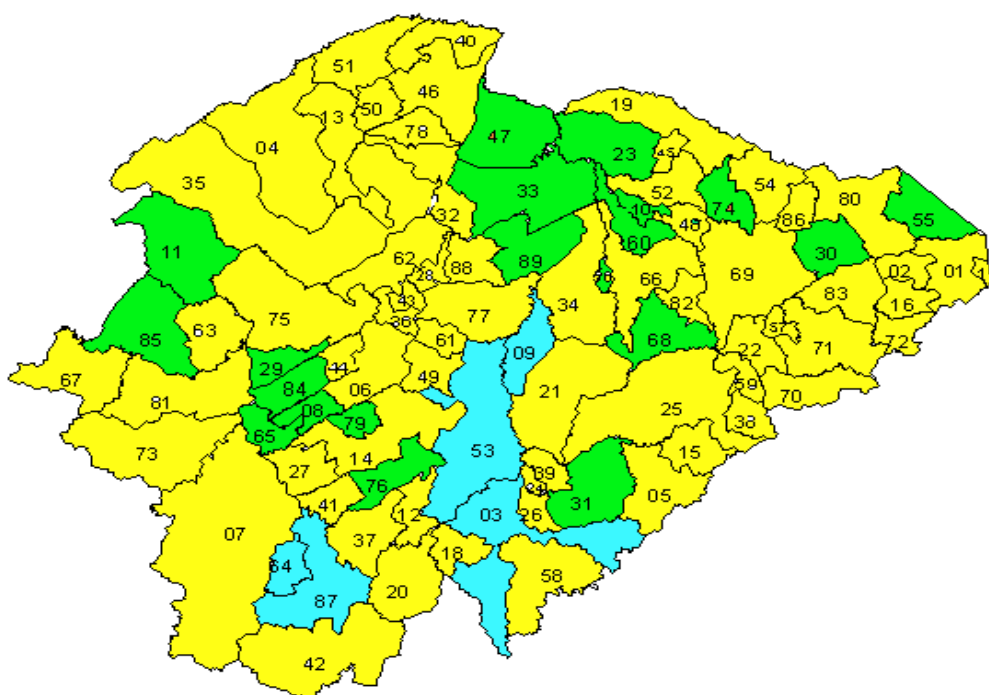
**QUADRO 1 - Microrregiões e Respectivos Municípios da Região Norte de Minas Gerais.**

<b>Microrregião</b>	<b>Municípios</b>
<b>Bocaiúva</b>	Bocaiúva, Engenheiro Navarro, Francisco Dumont, Guaraciama, Olhos D' Água.
<b>Grão Mogol</b>	Botumirim, Cristália, Grão Mogol, Itacambira, Josenópolis, Padre Carvalho.
<b>Janaúba</b>	Catuti, Espinosa, Gameleira, Jaíba, Janaúba, Mamonas, Mato Verde, Monte Azul, Nova Porteirinha, Pai Pedro, Porteirinha, Riacho dos Machados, Serranópolis de Minas.
<b>Januária</b>	Bonito de Minas, Chapada Gaúcha, Cônego Marinho, Icarai de Minas, Itacarambi, Januária, Juvenília, Manga, Matias Cardoso, Miravânia, Montalvânia, Pedras de Maria da Cruz, Pintópolis, São Francisco, São João das Missões, Urucuia.
<b>Montes Claros</b>	Brasília de Minas, Campo Azul, Capitão Enéas, Claros dos Poções, Coração de Jesus, Francisco Sá, Glaucilândia, Ibiracatu, Japonvar, Juramento, Lontra, Luislândia, Mirabela, Montes Claros, Patis, Ponto Chique, São João da Lagoa, São João da Ponte, São João do Pacuí, Ubaí, Varzelândia, Verdelândia.
<b>Pirapora</b>	Buritizeiro, Ibiaí, Jequitai, Lagoa dos Patos, Lassance, Pirapora, Riachinho, Santa Fé de Minas, São Romão, Várzea da Palma.
<b>Salinas</b>	Águas Vermelhas, Berizal, Cural de Dentro, Divisa Alegre, Fruta de Leite, Indaiabira, Montezuma, Ninheira, Novorizonte, Rio Pardo de Minas, Rubelita, Salinas, Santa Cruz de Salinas, Santo Antônio do Retiro, São João do Paraíso, Taiobeiras, Vargem Grande do Rio Pardo.

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil – IBGE-2000.

O Norte de Minas é, portanto, uma região de transição entre o Nordeste e o Sudeste do país justamente por apresentar características semelhantes à região nordestina, embora esteja territorialmente inserida na Região Sudeste.

Dentre as sete microrregiões apresentadas, Montes Claros se caracteriza como o mais importante centro urbano. Vale ressaltar que, embora a microrregião seja importante centro urbano, o contingente populacional que se ocupa na atividade agropecuária se encontra alocado nos municípios que a compõem. Já nas cidades sedes das microrregiões (Montes Claros, Pirapora, Bocaiúva, Januária e Salinas) e nos municípios de Várzea da Palma, São Francisco e Taiobeiras, o setor secundário se apresenta como destaque da economia, como mostra o mapa 2, que relaciona, também, o setor predominante em cada município da região. Observa-se que a maioria dos municípios norte mineiros está destacada na cor amarela, mostrando que a atividade agropecuária tem o maior peso no produto total dos municípios.



LEGENDA:

■ PIB Agropecuária ■ PIB Industrial ■ PIB Serviços

01- Águas Vermelhas	33-Jaíba	51-Montalvânia	70-Rubelita
02- Berizal	34-Janaúba	52-Monte Azul	71-Salinas
03-Bocaiúva	35-Januária	53-Montes Claros	75-São Francisco
06-Brasília de Minas	36-Japonvar	56-Nova Porteirinha	82-Serranópolis de Minas
07-Buritizeiro	37-Jequitaiá	57-Novorizonte	83-Taiobeiras
09-Capitão Enéas	39-Juramento	60-Pai Pedro	87-Várzea da Palma
14-Coração de Jesus	43-Lontra	62-Pedras de M <sup>a</sup> . da Cruz	88-Varzelândia
19-Espinosa	46-Manga	64-Pirapora	89-Verdelândia
21-Francisco Sá	47-Matias Cardoso	66-Porteirinha	
24-Glaucilândia	48-Mato Verde	68-Riacho dos Machados	
32-Itacarambi	49-Mirabela	69-Rio Pardo de Minas	

Fonte: Rodrigues, Luciene et al.,2002, p. 10.

Nota: Elaboração com base nos dados do PIB da FJP.

**MAPA 1: Importância do PIB segundo Municípios do Norte de Minas – 2002**

Na década de noventa, cerca de 76% da população Norte mineira viviam abaixo da linha de pobreza, ou seja, recebiam menos de  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo por pessoa<sup>7</sup>. Esse percentual caiu para 67% em 2000, conforme dados do IBGE, não deixando de ser expressivo o fato de que mais de 50% da população norte mineira sobrevivem com menos de R\$75,50 mensais, além do que 27 municípios da região, o equivalente a 32,58%, possuem renda *per capita* inferior a R\$ 75,50, ou seja, estão abaixo da linha de pobreza<sup>8</sup>.

<sup>7</sup> Proporção dos indivíduos com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 75,50 equivalente a  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo vigente em agosto de 2000. O universo dos indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

<sup>8</sup> Os dados para renda *per capita* por município poderão ser observados no Atlas de Desenvolvimento Humano – IBGE, 2000. (<<http://www.ibge.gov.br>>).



**TABELA 1 - Percentual da População com Renda *per capita* abaixo de R\$75,50 nas Microrregiões do Norte de Minas Gerais**

MICRORREGIÕES DO NORTE DE MINAS GERAIS	PERÍODO	
	1991	2000
Bocaiúva	73,26	60,44
Grão Mogol	76,44	73,14
Janaúba	79,44	65,28
Januária	80,77	74,12
Montes Claros	79,00	67,44
Pirapora	68,37	62,20
Salinas	78,22	68,65
<b>Norte de Minas</b>	<b>76,46</b>	<b>67,33</b>

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano – IBGE,2000.

Com isso, verifica-se que o Norte de Minas apresenta características fortes de uma economia subdesenvolvida, cuja principal base de aquisição de mão-de-obra concentra-se, ainda, no setor agropecuário. Esse setor possui baixos rendimentos em termos de salários. Os municípios que se industrializaram vêm acompanhando o processo evolutivo global, sendo, portanto, poupadores de mão-de-obra ao utilizarem tecnologia intensiva em capital. Esses fatores permitem afirmar que a capacidade de absorção da PEA nessa região, tanto pelo setor privado quanto pelo setor público, torna-se cada vez menor.

#### **4 - Os Programas de Microcrédito como Alternativa para Combater a Pobreza Relativa no Norte de Minas Gerais.**

A pobreza está intimamente relacionada ao desempenho do mercado de trabalho, tanto no que se refere à capacidade de absorção da mão-de-obra, quanto aos rendimentos dele provenientes. Essa constatação tem conduzido governos nacionais a combaterem, sistematicamente, através de políticas e programas, o desemprego e os baixos níveis de rendimentos de vários segmentos do mercado de trabalho, visando, com isso, reduzir a pobreza.

A renda dos trabalhadores poderá ser alterada via transferências ou aumentos nos salários dos ocupados. Para tanto, destacam-se três conjuntos de políticas, conforme discutido por BARROS (2001, p. 61):

- a) políticas compensatórias - objetivam a transferência de renda a um conjunto de trabalhadores desempregados ou de baixa renda, como por exemplo, o seguro desemprego, o abono salarial e as frentes de trabalho;
- b) políticas distributivas - visam influenciar os preços de mercado até que o valor do capital humano da população pobre se eleve, ou que os preços dos bens prioritariamente consumidos pelos pobres sejam reduzidos. Dão-se por meio da influência direta sobre os salários dos trabalhadores ocupados, via legislação específica. Como exemplo, destacam-se as políticas de salário mínimo, os pisos salariais e as políticas de indexação salarial;
- c) políticas estruturais - voltadas para a redução do desemprego e o aumento da produtividade, como por exemplo a provisão subsidiada de intermediação de mão-de-obra, a provisão subsidiada de treinamento e os programas de microcrédito.

Como o maior propósito ao se desenvolver este trabalho é de traçar os impactos das políticas de microcrédito na redução da pobreza, via influência sobre renda e emprego, será dada ênfase apenas a esta política, com destaque especial neste capítulo.

Uma possível forma de diversificação de renda poderia ocorrer pelo maior acesso a recursos financeiros. É nessa perspectiva que se sugere o microcrédito, não como uma solução para todos os problemas do subdesenvolvimento, mas como uma forma de ampliação da renda daquela parcela da população menos favorecida. Nesse sentido, nos últimos cinco anos, as instituições de microcrédito cresceram e se tornaram uma das formas de intervenção pública preferida entre agências internacionais de desenvolvimento.

Embora, represente propósito dos programas de microcrédito, o “aumento da renda do grupo alvo” ou seja, o crescimento da renda resultando em uma redução da pobreza, essa suposição deve ser examinada cuidadosamente, pois se a renda aumentada não permitir um maior acesso a produtos que propiciem o maior bem estar, não haverá nenhum aumento efetivo de riqueza e nenhuma redução da pobreza. De acordo com SHARIF (1997)<sup>9</sup>, “existe pobreza não somente quando a renda é inadequada ou está abaixo da linha de pobreza”<sup>10</sup>, mas também quando a renda é incapaz de sustentar um nível específico de bem estar.<sup>11</sup>

Uma característica importante dos programas de microcrédito está no seu impacto sobre o comportamento do tomador de empréstimos. O programa, muitas vezes, funciona como instrumento de gestão de riscos, pois a sua concessão, mediante a possibilidade de renovações, demonstra que os empréstimos estarão disponíveis, em caso de necessidade. Muitos clientes vêem, na possibilidade de obter créditos consecutivos, um bom motivo para amortizar seus empréstimos, com o intuito de não perderem a segurança do acesso futuro a esse tipo de crédito. Além disso, os empréstimos ajudam as famílias a acumularem diversos bens: ativos físicos e produtivos (veículos, equipamento, imóveis, animais); ativos financeiros (contas de poupança); ativos humanos (educação, saúde); e ativos sociais (contribuições para serviços fúnebres e casamentos ou para redes de apoio mútuo), etc. Dessa forma, o microfinanciamento tende a reduzir a vulnerabilidade dos indivíduos mais pobres, através da diversificação de renda e da acumulação de bens.

No entanto, para exercer tais funções é necessário aos programas de microcrédito conceder empréstimos cujos valores sejam compatíveis com as necessidades daqueles indivíduos menos favorecidos e prazos de pagamento suficientes para a amortização, combinando com os fluxos de renda e a capacidade de reembolso dos clientes. Isto é, sem elevar os custos da concessão de empréstimos que tendem a abalar a sustentabilidade das instituições microfinanceiras.

#### **4.1 - Principais Instituições de Microcrédito no Norte de Minas Gerais**

A Região Norte de Minas Gerais, conta atualmente com duas instituições muito importantes no fomento regional às atividades de microcrédito: CREDIAMIGO do Banco do Nordeste<sup>12</sup>, com caráter

---

<sup>9</sup> Citado por WRIGHT, Graham A.N. *Microfinance Systems: Designing Quality Financial Services for the Poor*. London & New York: Zed Books Ltd. e Dhaka: The University Press Limited. 2000.

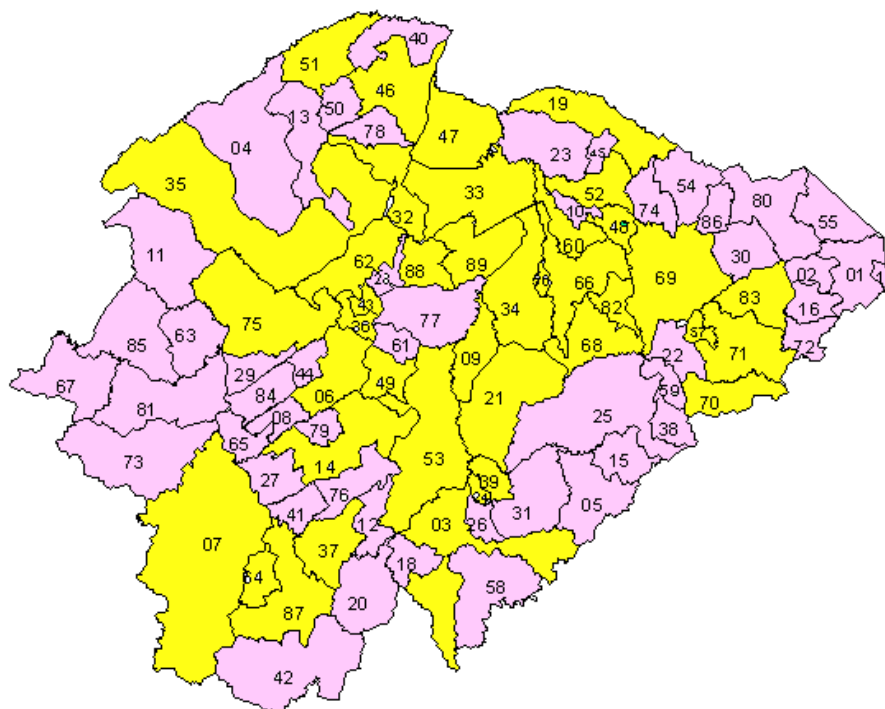
<sup>10</sup> Para maiores definições sobre a Linha de Pobreza, vide LUSTOSA, T.Q.O. & FIGUEIREDO, J. B. *Pobreza no Brasil: métodos de análise e resultados*. Texto para discussão n° 205. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro/IEI, 1989.

<sup>11</sup> A pobreza em seu sentido absoluto pode ser definida como um estado de carência em relação a alguns indicadores mínimos relativos às condições de vida da população. Existem várias formas de se definir a pobreza em função do tipo de indicador que se toma. Pode-se definir a pobreza em relação a um mínimo de renda, ou a um mínimo de atendimento de necessidades elementares. Quanto é exatamente este nível mínimo também é algo não claramente definido. Quando definimos um indicador preciso e um valor mínimo para este estamos definindo a chamada linha de pobreza, considerando-se pobres todos aqueles que se situem abaixo desta linha. Várias possibilidades existem na definição da linha de pobreza: um salário mínimo/mês, ¼ de salário mínimo/mês, o acesso a uma cesta básica por mês etc. (VASCONCELLOS, M. A.S. et al. *Economia Brasileira Contemporânea*. São Paulo: Atlas S.A. 3ª ed. 1999, p. 79).

<sup>12</sup> Em 1997, o Banco do Nordeste (BN) iniciou o programa CREDIAMIGO, uma central de microcrédito que objetiva o acesso facilitado de microempreendedores ao crédito, sem as exigências requeridas pelas linhas tradicionais. Os beneficiários deste programa do BN são microempreendedores com alguma atividade (geralmente informal), produtiva há pelo menos um ano, que

público e privado; e o PROMICRO, da Visão Mundial<sup>13</sup>, a qual atua como Instituição Não Governamental (ONG).

Essas duas instituições vêm desenvolvendo importante papel na difusão deste tipo de crédito popular à população desta região, abrangendo uma área bastante expressiva, conforme se observa no mapa 3.



### Legenda

■ Municípios Componentes da Região Norte de Minas contemplados com programas de microcrédito.

□ Demais Municípios do Norte de Minas

01- Águas Vermelhas	33-Jaiba	51-Montalvânia	70-Rubelita
02- Berizal	34-Janaúba	52-Monte Azul	71-Salinas
03-Bocaiúva	35-Januária	53-Montes Claros	75-São Francisco
06-Brasília de Minas	36-Japonvar	56-Nova Porteirinha	82-Serranópolis de Minas
07-Buritizinho	37-Jequitai	57-Novorizonte	83-Taiobeiras
09-Capitão Enéas	39-Juramento	60-Pai Pedro	87-Várzea da Palma
14-Coração de Jesus	43-Lontra	62-Pedras de M <sup>a</sup> . da Cruz	88-Varzelândia
19-Espínosa	46-Manga	64-Pirapora	89-Verdelândia
21-Francisco Sá	47-Matias Cardoso	66-Porteirinha	
24-Glaucilândia	48-Mato Verde	68-Riacho dos Machados	
32-Itacarambi	49-Mirabela	69-Rio Pardo de Minas	

Fonte: Elaboração própria a partir do programa ArcView

### MAPA 2: Área de Atuação dos Programas de Microcrédito na Região Norte de Minas.

necessitam de capital de trabalho (ou giro) para melhorar o nível de suas atividades e não têm acesso às linhas de crédito formal. São quatro os tipos de apoio promovidos pelo CREDIAMIGO: (1) crédito para capital de giro nas modalidades de grupo solidário e individual; (2) assessoria técnica; (3) crédito fixo para custeamento de compra de materiais fixos; (4) capacitação. Dentre os objetivos do Programa CREDIAMIGO pode-se citar: “Contribuir para o crescimento de microempreendimentos mediante a oferta de crédito para atividades produtivas de forma rápida, oportuna e adequada”.

<sup>13</sup> Em fevereiro/1995, foi implantada em Recife/PE, a primeira Unidade do Programa de Desenvolvimento Econômico - PDE, sendo, em meados de 1998, denominado de Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Microempreendimentos (PROMICRO),

#### 4.2- Perfil dos Clientes Atendidos nos Programas de Microcrédito no Norte de Minas Gerais<sup>14</sup>.

No Norte de Minas, cerca de 57% dos clientes atendidos pelo programa são do sexo feminino, e 43% são homens.

A faixa etária encontra-se em menor escala entre os mais jovens (até 29 anos) e os mais velhos (de 50 anos acima), sendo os clientes entre 30 e 49 anos de idade responsáveis por 60% do total de créditos concedidos no programa, conforme tabela 25.

A maioria dos clientes atendidos no programa possui nível de instrução de 1ª a 8ª série do primeiro grau, em 58,5% dos casos, enquadrando-se como população de baixo nível educacional.

Em termos de rendimentos, cerca de 56,4% dos proprietários de micronegócios beneficiados com o programa de microcrédito percebem um rendimento mensal de até 2 salários mínimos.

Em síntese, o perfil dos trabalhadores beneficiados por programas de microcrédito caracteriza-se por mulheres, com idade média de 30 a 49 anos, com formação básica de 1ª a 8ª série e renda média de até 2 salários, conforme identificado na tabela abaixo.

**TABELA 2 – Perfil dos Clientes Atendidos nos Programas de Microcrédito**

<b>Sexo</b>	<b>Varição % em 2005</b>
Masculino	43,0
Feminino	57,0
<b>Idade</b>	<b>Varição % em 2005</b>
Até 29 anos	13,3
30 a 39 anos	33,4
40 a 49 anos	30,9
De 50 anos acima	22,4
<b>Grau de Instrução</b>	<b>Varição % em 2005</b>
Nenhuma série completa	2,9
1ª a 8ª série do 1º grau	58,5
1ª a 3ª série do segundo grau	31,9
Superior (incomp. e compl.)	6,7
<b>Renda Mensal</b>	<b>Varição % em 2005</b>
Até 2 sal	56,4
2,01 a 5 sal	32,6
5,01 a 10 sal	7,0
Acima de 10 sal	4,0

Fonte: Elaboração própria, com base nas informações da pesquisa de campo.

Os principais beneficiários do PROMICRO são microempreendedores formais ou informais, preferencialmente do sexo feminino, os quais possuem empreendimentos funcionando há, no mínimo, 12 meses e não têm acesso às linhas de crédito formais. Os produtos oferecidos pelo PROMICRO são: (a) Assessoria Técnica; (b) Capacitação Gerencial; (c) Financiamento. Tendo por objetivos principais: Promover modelos alternativos de geração de renda às famílias de poucos recursos econômicos; contribuir para o aumento da oferta de empregos diretos e indiretos; facilitar o acesso às técnicas adequadas de administração, produção e comercialização; estimular a ética cristã; viabilizar a participação da mulher em atividades economicamente produtivas<sup>14</sup>. As tabelas referentes ao perfil dos clientes de microcrédito, encontram-se em anexo ao final deste artigo.

## 5-TESTES DE IMPACTO: VERIFICAÇÃO DA EFICIÊNCIA DOS PROGRAMAS DE MICROCRÉDITO QUANTO À GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA NO NORTE DE MINAS GERAIS

Conforme detalhado, ao se descrever o perfil dos clientes atendidos nos programas PROMICRO e CREDIAMIGO, não foram observadas grandes divergências quanto a variáveis importantes como sexo, idade, renda, tipo de atividade, etc. Neste sentido, devido às diversas dificuldades encontradas, quando se trata da realização de pesquisa de campo, que vão desde o acesso aos dados relativos ao universo quanto ao custo de realização de pesquisas mais abrangentes, optou-se por trabalhar com a ONG Visão Mundial, ou seja, com o Programa de microcrédito PROMICRO.

Uma vez definida a instituição alvo a ser pesquisada, selecionou-se em um universo de 3.637 clientes cadastrados até março de 2004, o que caracteriza o grupo de tratamento, uma amostra de 493 clientes<sup>15</sup>, com uma margem de erro de 4,1%, utilizando estimativas a um nível de confiança de 95%, conforme descrito a seguir:

$$n = \frac{z^2 pqN}{E^2 (N - 1) + z^2 pq}$$

Onde:

- z é a variável normal padronizada de um intervalo a um nível de 95% de confiança, no caso  $z = 1,96$ .
- E = erro máximo admitido, neste caso equivalente a 4,1%.
- p é a proporção com que o fenômeno ocorre na população. (Para este caso, como não se dispunha de nenhuma informação a respeito do parâmetro p, utilizou-se o valor que admite a maior variabilidade possível  $\Rightarrow p = 50\%$ ).
- q (50%) é o complementar de p. ( $p=q=0,5$ ).
- N é o tamanho da população

Selecionado o grupo alvo de tratamento a ser entrevistado, a pesquisa contou com duas rodadas: uma abordagem inicial aos clientes, realizada em julho de 2004 e um acompanhamento após 12 meses, feito em julho de 2005. Na segunda etapa, houve uma perda na amostra de tratamento na ordem de 19,47%, o que estatisticamente não inviabilizou as análises, já que o erro máximo se manteve em 4,6%.

Ainda, como o objetivo é de testar impactos, foi selecionado um grupo controle, composto por proprietários de micronegócios similares àqueles atendidos nos programas de microcrédito, que nunca participaram de programas de crédito. Este grupo foi escolhido aleatoriamente dentro da população relativa aos municípios pesquisados, correspondendo à cerca de 30% da amostra de tratamento<sup>16</sup>.

<sup>15</sup> A amostra de 493 clientes foi selecionada aleatoriamente dentro do universo de 3.637 clientes cadastrados.

<sup>16</sup> Nas localidades onde foram entrevistados os clientes do programa, selecionaram-se, mediante informação destes, pessoas que possuíam alguma atividade. Desta forma, a localização dos clientes assemelha-se a dos não clientes, bem como o perfil destes quanto à atividade executada. Dentre os não clientes, foram entrevistados 136 proprietários de micronegócios em 2004 (primeira rodada) e 111 em 2005 (segunda rodada), representando uma perda de 18,38% no acompanhamento.

**Tabela 3 - Amostras Seleccionadas para os Grupos Controle e Tratamento e Número de Pessoas Entrevistadas.**

Municípios*	Número de pessoas entrevistadas em 2004		Número de pessoas entrevistadas em 2005	
	Tratamento	Controle	Tratamento	Controle
Montes Claros	167	40	121	28
Bocaiúva	76	14	59	10
Francisco Sá	74	22	60	20
Janaúba	52	22	48	18
Lontra	74	22	67	20
Pirapora	50	16	42	15
<b>Norte de Minas</b>	<b>493</b>	<b>136</b>	<b>397</b>	<b>111</b>

\* A classificação da amostra por municípios foi definida proporcionalmente conforme peso de cada município no universo total de clientes atendidos pelo Programa.

Fonte: Elaboração própria, com base em informações da Instituição Visão Mundial.

### 5.1- Análises de Testes de Impacto: Aspectos Metodológicos

A análise dos dados constará de duas etapas. Na primeira parte será realizada análise univariada, considerando um painel comparativo entre as variáveis renda e emprego, utilizando para tanto: o banco de dados completo sem exclusões, o banco de dados excluindo da primeira rodada (2004) aqueles clientes não entrevistados em 2005, e o banco de dados dos excluídos, ou seja, relativo apenas àqueles clientes que não participaram da pesquisa em 2005. Em seguida, na segunda parte, será feita uma análise multivariada (modelos de regressão), a fim de se avaliar o efeito conjunto das diversas variáveis na geração de emprego e renda nos municípios considerados.

#### 5.1.1- Etapa I: Testes Relativos à Análise Univariada

O objetivo desta etapa consiste em descrever o fenômeno a partir de uma ou, no máximo, duas variáveis, sem considerar o efeito de possíveis fatores intervenientes. As técnicas estatísticas utilizadas aqui se referem, basicamente, à comparação de médias, a fim de que seja, ainda que isoladamente, verificada a existência de diferenças significativas, tanto dentro de um grupo (ora controle, ora tratamento) como também em ambos os grupos nos anos correspondentes (2004 e 2005).

#### Técnicas estatísticas: teste t para diferença das médias e teste de Mann-Whitney

O teste de Mann-whitney é utilizado quando os dados se afastam demasiadamente da distribuição normal. Ele é utilizado para verificar o centro da distribuição. Assim, ele avalia o centro de localização das duas amostras, como forma de detectar diferenças entre as duas populações correspondentes.

Os símbolos  $\mu_1$  e  $\mu_2$  se referem às médias das populações de onde provém a amostra.

Teste t:

Hipóteses:  $H_0: \mu_1 = \mu_2$

$H_1: \mu_1 \neq \mu_2$

**Critério de decisão:** em um teste estatístico há apenas duas situações possíveis (rejeitar  $H_0$  ou não rejeitar  $H_0$ ). Qualquer que seja a situação, há sempre a probabilidade de se estar tomando a decisão incorreta. Ou seja: rejeitar  $H_0$  e  $H_0$  ser verdadeira (erro tipo I), ou não rejeitar  $H_0$  e  $H_0$  ser falsa (erro tipo II). Neste sentido, será considerado o nível de significância de 5% ou 0,05. Quer dizer,  $H_0$  será rejeitada em favor de  $H_1$ , somente se a probabilidade de se cometer o erro tipo I for menor ou, no máximo, igual a 0,05. Esta probabilidade está indicada nas tabelas. com o nome de *valor p*. A rejeição de  $H_0$  implica assumir que as médias comparadas diferem, estatisticamente, uma da outra.

### 5.1.2- Análise Univariada: Comparação entre Bancos de Dados e Grupos<sup>17</sup>.

#### i) Comparação entre Bancos de dados: Completo, Modificado e Excluídos<sup>18</sup>

#### a) Comparação do rendimento do micronegócio antes e após o financiamento

**Tabela 4 – Valor do Rendimento Antes e Após Financiamento – de 2004 a 2005**

Bancos de dados	Momento	Média	Valor p
Banco Completo	Antes	827,6183	0,000
	Após	1.100,7423	
Banco Modificado	Antes	807,6272	0,000
	Após	1.079,0591	
Banco de excluídos na segunda etapa	Antes	1.074,0182	0,005
	Após	1.329,8182	

Fonte: Elaboração própria, via Programa SPSS, com base nos dados obtidos na pesquisa de campo.

Conforme tabela 4, a diferença no rendimento médio do micronegócio antes e após o financiamento é estatisticamente significativa (valor  $p < 0,005$ ) para todos os casos. Observa-se que, nos anos considerados, o rendimento após o financiamento é, em média, superior ao rendimento antes do financiamento. Deve-se considerar também que a renda após o financiamento é maior no banco completo (sem exclusões) que no banco modificado (após eliminação dos excluídos). Isto se deve ao fato de que a parcela da amostra excluída na segunda etapa de acompanhamento possuía média de rendimentos superior àqueles que permaneceram no programa de crédito.

<sup>17</sup> O Grupo de Tratamento é constituído pelos clientes beneficiados com o programa de microcrédito da Visão Mundial e o Grupo Controle é composto por proprietários de micronegócios que nunca participaram de programas de crédito.

<sup>18</sup> A pesquisa contou com duas etapas, entrevista inicial e acompanhamento. Assim, conforme especificado, houve perda da amostra de controle e tratamento na segunda rodada de acompanhamento. Neste sentido, para execução destes testes foram considerados três bancos de análises comparativas, conforme especificados:

i) Banco Completo: contemplando no ano de 2004 (493 clientes entrevistados) e em 2005 (397 pessoas entrevistadas);

ii) Banco Modificado: excluindo de 2004 aqueles clientes não entrevistadas em 2005, contando a amostra os mesmos 397 clientes em ambos os períodos (2004 e 2005).

iii) Banco dos excluídos: composto pelo total de clientes excluídos da pesquisa na etapa de acompanhamento, o equivalente a uma amostra de 96 clientes.

**b) Comparação do número de funcionários - tratamento e controle**

**Tabela 5 – Número de Funcionários no Micronegócio**

Bancos de dados	Grupo	Média	Valor p
Banco Completo	Tratamento	0,48	0,012
	Controle	0,30	
Banco Modificado	Tratamento	0,46	0,044
	Controle	0,31	
Banco dos Excluídos	Tratamento	0,26	0,004
	Controle	0,60	

Fonte: Elaboração própria, via Programa SPSS, com base nos dados obtidos na pesquisa de campo.

Comparando-se o número médio de funcionários do micronegócio, percebe-se que o grupo tratamento possui um número maior de funcionários, para o caso dos bancos completo e modificado. Quanto ao banco dos excluídos, o grupo tratamento possui menor número de funcionários que o grupo controle. Entretanto, os grupos possuem poucos funcionários, pois o número médio, na maioria dos casos, é inferior a um. Em relação ao montante de empregos gerados, verifica-se, como característica marcante, a manutenção de pessoas em alguma atividade produtiva, e não geração de empregos em si. Dessa forma, o fato de estar no programa de microcrédito permite pouco incremento em termos de contratação de mão-de-obra, embora represente maior possibilidade de geração de empregos do que aquelas atividades que nunca participaram de programas de financiamento (grupo controle). (Cf. tabela 5).

Ademais, entre os anos de 2004 e 2005, houve um pequeno incremento no número de funcionários em ambos os grupos (6,52% para clientes e 3,33% para não clientes), conforme tabela 6.

**Tabela 6 – Número de Funcionários do Micronegócio – Tratamento - 2004/2005**

Grupos	Ano	Média	Valor p
Tratamento	2005	0,49	0,027
	2004	0,46	
Controle	2005	0,31	0,027
	2004	0,30	

Fonte: Elaboração própria, via Programa SPSS, com base nos dados obtidos na pesquisa de campo.

**c) Comparação do rendimento líquido do micronegócio nos grupos tratamento e controle - 2004 e 2005<sup>19</sup>**

Em se tratando do rendimento líquido mensal dos proprietários de micronegócios, pode-se verificar uma evolução expressiva da renda daqueles que participam do programa de microcrédito (grupo tratamento). Para estes casos, houve um crescimento da renda líquida da ordem de 8,78% entre os anos de 2004 e 2005. É importante destacar que os proprietários que não participam de programas de crédito (grupo controle), além de manterem uma renda líquida superior àquelas dos que estão no programa de microcrédito, obtiveram crescimento em seus rendimentos de cerca de 15,3% ao longo do período. Ou seja, observa-se que a renda daqueles que não participam de programas de crédito apresentou evolução em seus rendimentos em torno de 9,63% a mais que aquelas beneficiadas pelos programas de microcrédito, conforme tabela 7, abaixo.

<sup>19</sup> Aqui se consideraram todas as pessoas entrevistadas, em ambos os períodos de realização da pesquisa de campo (2004 e 2005), sem exclusões, equivalendo à avaliação do banco completo.



**Tabela 7 – Rendimento Líquido Mensal do Grupo Tratamento**

Grupos	Ano	Média	Valor p
Tratamento	2005	1086,0912	0,725
	2004	990,6769	
Controle	2005	1156,1735	0,725
	2004	1.002,6894	

Fonte: Elaboração própria, via Programa SPSS, com base nos dados obtidos na pesquisa de campo.

## 5.2- Etapa II – Análise Multivariada

Nesta etapa foram construídos modelos de regressão linear simples e ou múltipla, a fim de se avaliar o efeito conjunto de variáveis no comportamento da renda do micronegócio.

A regressão é um modelo estatístico usado para prever o comportamento de uma variável quantitativa (variável dependente ou y) a partir de uma ou mais variáveis regressoras (variáveis independentes ou X's).

O modelo de regressão linear simples apresenta apenas uma variável independente (x), enquanto a regressão múltipla mostra mais de uma variável regressora.

**O modelo simples é da seguinte forma:**

$$Y_i = \beta_0 + \beta_1 X_i + \varepsilon_i$$

**O modelo de regressão linear múltipla é expresso da seguinte forma:**

$$Y_i = \beta_0 + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + \beta_3 X_3 + \dots + \beta_k X_k + \varepsilon_i$$

**Requisitos para utilização dos modelos de regressão:**

- Linearidade no fenômeno estudado. Quando tal não ocorrer, serão realizadas transformações nas variáveis que possibilitem a utilização do modelo.
- As observações de Y são independentes umas das outras.
- Os erros ou resíduos ( $\varepsilon_i$ ) possuem distribuição normal com média zero e variância constante.
- As variáveis aleatórias residuais não estão correlacionadas, sendo, portanto, independentes entre si.
- As variáveis explicativas ou regressoras são independentes, ou seja, não há multicolinearidade.

Com base nas informações teóricas acerca dos testes realizados, em seqüência serão apresentados os principais modelos e análises observadas.

### 5.2.1 - Análises: Testes, Anova e Regressão

#### Modelo 1 - Teste da igualdade de médias para renda dos micronegócios e sexo

**Tabela 8 - Renda Antes e Após Realização do Crédito em Relação ao Sexo**

<i>Variáveis</i>	<i>Homem</i>	<i>Mulher</i>	<i>Parâmetros</i>		
			<i>Teste t</i>	<i>P valor</i>	<i>Diferença de médias</i>
Renda <b>antes</b> da realização do crédito	925,7480	690,3614	2,519	0,012	235,3867
Renda <b>após</b> realização do crédito	1.161,7391	916,7175	2,168	0,031	245,0217

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa, via Programa estatístico SPSS.

O teste para igualdade de médias, conforme consta no tabela 8, mostrou-se significativo (valor  $p = 0,031$ ) para a renda após a realização do crédito. O rendimento médio obtido para os homens é R\$ 1.161,74 e para as mulheres R\$ 916,72 e a diferença observada é significativa. Antes da realização do empréstimo, o rendimento médio dos homens foi, aproximadamente de R\$ 925, 75 e das mulheres foi de R\$ 690,36. A diferença é significativa (valor  $p = 0,012$ ). Quando esta situação é comparada com a análise do rendimento após o financiamento, observa-se que ambos os testes foram significativos, contudo, tanto para os homens quanto para as mulheres, o rendimento após financiamento é maior.

Ressalta-se que, antes de participar do programa, a diferença entre os rendimentos dos homens e mulheres era em média de R\$ 235,39, subindo para R\$245,02 após participação no programa. Contudo, o percentual de aumento na renda das mulheres, após o financiamento, foi de 32,8%, superior ao dos homens, 25,49%. No entanto, ao se considerar o efeito no montante total de renda, percebe-se um aumento na disparidade entre rendimento dos homens e das mulheres, após a entrada dos proprietários de micronegócios nos programas de microcrédito, da ordem de 3,92%. Isso posto, constata-se que, ao mesmo tempo em que ocorre significativo crescimento na renda de ambos, homens e mulheres, aumentam também as disparidades de gênero.

**Modelo 2 - Análise de variância (ANOVA) da renda no micronegócio de acordo com o fator faixa etária.**

**Tabela 9-Renda do Micronegócio Antes e Após Realização do Crédito versus Faixa Etária.**

Variáveis	Faixa Etária	Média	Intervalo médio de confiança (95%)	
			Menor valor	Maior valor
Renda antes do financiamento	18 a 36 anos	934,6134	754,7046	1114,5222
	37 a 46 anos	795,9585	636,2546	955,6625
	47 ou mais	656,4674	546,7903	766,1445
	Total	798,1173	709,2795	886,9552
Renda após o financiamento	18 a 36 anos	1209,9770	988,3845	1431,5695
	37 a 46 anos	1071,4634	864,3911	1278,5358
	47 ou mais	792,6667	658,6488	926,6846
	Total	1026,3845	915,3153	1137,4537

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa, via Programa estatístico SPSS.

A tabela 9 mostra as médias de acordo com as faixas de idade. Observa-se que à medida que as faixas etárias aumentam, o rendimento médio diminui<sup>20</sup>.

**Tabela 10 – Comparação Múltipla de Médias**

Variáveis Dependentes	Idade em Classes (1)	Idade em Classes (2)	Diferença de Médias (1 – 2)	Significância
Renda antes do financiamento	18 a 36 anos	37 a 46 anos	138,6549	0,415
		47 ou mais	278,1460*	0,033
	37 a 46 anos	18 a 36 anos	-138,6549	0,415
		47 ou mais	139,4912	0,420
	47 ou mais	18 a 36 anos	-278,1460*	0,033
		37 a 46 anos	-139,4912	0,420
Renda após o financiamento	18 a 36 anos	37 a 46 anos	138,5135	0,573
		47 ou mais	417,3103*	0,007
	37 a 46 anos	18 a 36 anos	-138,5135	0,573
		47 ou mais	278,7967	0,111
	47 ou mais	18 a 36 anos	-417,3103*	0,007
		37 a 46 anos	-278,7967	0,111

Fonte: Elaboração própria, via Programa SPSS, com base nos dados obtidos na pesquisa de campo.

\* A diferença de médias é significativa ao nível de confiança de até 5%.

A análise de variância é significativa (valor  $p = 0,008$ ) para a renda após o financiamento e (valor  $p = 0,044$ ) para a renda antes do financiamento, mostrando, assim, que a renda média apresenta-se diferente na comparação das faixas etárias. O teste de Tukey captou onde se localiza essa diferença. No caso, ela ocorreu entre a menor e a maior faixa etária (significância = 0,007) para a renda após o crédito e (nível de significância = 0,033), para renda antes do crédito. Desta forma, ter entre 18 e 36 anos, ou seja, ser mais jovem, representa ganhar cerca de R\$ 417,31 a mais que os mais velhos, acima de 47 anos. Ao se considerar a renda antes da participação no programa de crédito, os mais jovens ganhavam cerca de R\$ 278,15 a mais

<sup>20</sup> Os testes da ANOVA mostram o valor  $p = 0,044$  e  $p = 0,008$ , respectivamente. É significativa a diferença no rendimento médio em, pelo menos, uma das médias. A análise de variância indica apenas se há diferença estatisticamente significativa. Para identificar onde se situam as diferenças, é necessário realizar a comparação múltipla de médias. Tal comparação se encontra na tabela 10.

que os mais velhos. Conclui-se, portanto, que o aumento de renda, advindo com a entrada no sistema de crédito, representou também o distanciamento de rendimentos dos proprietários de micronegócios mais novos em relação aos mais velhos.

### Modelo 3 - Comparação do número de pessoas que trabalham no micronegócio antes e após o financiamento

Tabela 11 - Número de Pessoas Trabalhando no Micronegócio – Análise Antes/Depois

Variáveis	Média	Desvio Padrão	Testes Paramétricos		
			Diferença de médias (Depois – Antes)	Teste t	P valor
Número de pessoas trabalhando no micronegócio antes do financiamento.	1,8975	1,66781			
Número de Pessoas trabalhando no micronegócio após o financiamento.	1,9763	1,67237	0,0788	2,067	0,039

Fonte: Elaboração própria, via Programa SPSS, com base nos dados obtidos na pesquisa de campo.

O número médio de pessoas que trabalhavam nos micronegócios antes do financiamento é de 1,8975 e após o financiamento 1,9763. A diferença obtida de 0,0788 é estatisticamente significativa (valor  $p = 0,039$ ). Portanto, pode-se concluir que, após o financiamento, o número de pessoas que trabalham no micronegócio aumentou, mesmo que em baixos percentuais, reforçando a constatação anterior de que o microcrédito consegue manter as pessoas na atividade produtiva, mas não se constitui ainda como gerador de emprego na região.

### Modelo 4 - Renda do micronegócio versus idade

#### 4.1 – Renda após o financiamento em relação a idade<sup>21</sup>

##### Renda micronegócio = 1.618,46 – 14,21 idade

Sig.	(0,000)	(0,007)	R= 0,011
t	(7,159)	(-2,704)	R <sup>2</sup> = 0,010
Ep	(226,074)	(5,255)	

As estimativas dos parâmetros  $\beta_0$  e  $\beta_1$  são significativas (0,000 e 0,007). O aumento de 1 ano na idade resulta, em média, na redução de, aproximadamente, R\$ 14,00 na renda.

#### 4.2-Renda antes do financiamento em relação a idade

##### Renda micronegócio antes = 1.150,16 – 8,47idade

Sig.	(0,000)	(0,046)	R= 0,007
t	(6,340)	(-2,004)	R <sup>2</sup> = 0,005
Ep	(181,41)	(4,226)	

As estimativas dos parâmetros  $\beta_0$  e  $\beta_1$  são ambas significativas (0,000 e 0,046). Se comparado este modelo, 4.2, ao modelo em que se considera a renda após participação no programa de microcrédito, (4.1), constata-se que o aumento de 1 ano na idade desses clientes resultava, em média, na redução de R\$ 8,47 na

<sup>21</sup> Destacam-se aqui as siglas utilizadas para apresentação dos parâmetros das regressões. Sig= Significância, t= teste de t, Ep= Erro Padrão.

renda. Isso porque observa-se um crescimento de R\$ 468,50 na renda média dos micronegócios, após realização do crédito. Essa constatação permite a afirmação de que à medida que cresce a renda dos proprietários de micronegócios, tende a aumentar também a disparidade de rendimentos entre pessoas mais velhas e mais novas.

**Modelo 5 - Modelo de regressão para renda do micronegócio (variável dependente) em relação ao valor da remuneração média dos empregados (variável independente).**

**5.1- Renda dos micronegócios após o financiamento em relação à remuneração dos empregados**  
**Renda após financiamento = 789,34 + 3,72 remuneração empregados**

Sig.	(0,000)	(0,000)	R= 0,121
t	(11,706)	(8,697)	R <sup>2</sup> = 0,120
Ep	(67,431)	(0,428)	

**5.2- Renda dos micronegócios antes do financiamento em relação à remuneração dos empregados**

**Renda antes = 642,109 + 2,387 remuneração empregados**

Sig.	(0,000)	(0,046)	R= 0,091
t	(11,661)	(7,056)	R <sup>2</sup> = 0,089
Ep	(55,066)	(0,338)	

Conforme consta no modelo 5.1, as estimativas dos parâmetros do modelo são significativas (valor p=0,000). O aumento de R\$ 1,00 na remuneração dos empregados resulta em média em aumento de R\$ 3,72 na renda do micronegócio. Possivelmente, é coerente pensar que só há aumento na remuneração dos empregados, se o micronegócio tiver aumentado sua renda. Isso pode ser comprovado ao se observar que, antes da participação no programa de crédito, conforme especificado no modelo 5.2, também significativo (valor p=0,000), o aumento de R\$ 1,00 na remuneração média dos empregados tinha como reflexo o aumento de R\$ 2,39 na renda do micronegócio. Ou seja, à medida que a renda cresce com a participação no programa de microcrédito, tende a se expandir, também, a remuneração dos empregados destes micronegócios.

**Modelo 6 - Modelo de regressão múltipla para o montante da renda familiar (variável dependente) x número de pessoas residentes no domicílio e renda do micronegócio (variáveis independentes)**

**6.1- Renda familiar após participação no programa de crédito**

**Renda familiar = 561,24 + 75,24Pessoas domicílio + 0,38Renda após**

Sig.	(0,000)	(0,005)	(0,000)	R= 0,180
t	(4,339)	(2,848)	(11,314)	R <sup>2</sup> = 0,177
Ep	(129,34)	(26,42)	(0,034)	

**6.2- Renda familiar antes da participação no programa de crédito**

**Renda familiar = 481,92 + 84,92Pessoas domicílio + 0,55Renda antes**

Sig.	(0,001)	(0,003)	(0,000)	R= 0,213
t	(3,416)	(2,956)	(11,864)	R <sup>2</sup> = 0,210
Ep	(141,07)	(28,728)	(0,046)	

Nos modelos 6.1 e 6.2, as estimativas dos parâmetros são todas significativas (valor p < 0,05). No modelo 7.1, constata-se que o aumento de uma pessoa no domicílio, mantendo-se a outra variável regressora (renda micronegócio) constante, implica no aumento médio de R\$ 75,24 na renda familiar. De modo análogo,

mantida a variável número de pessoas residentes no domicílio constante, o aumento de R\$ 1,00 na renda do micronegócio ocasiona um aumento de R\$ 0,38 na renda familiar.

Uma outra interpretação igualmente importante é do efeito combinado de variáveis, que equivale a um efeito aditivo: o aumento de uma pessoa no domicílio e de R\$ 1,00 na renda do micronegócio, a variação esperada na renda familiar é de R\$ 75,621 (R\$ 75,242 + R\$ 0,381). Neste sentido, o número de pessoas do domicílio assim como as rendas dos micronegócios são fatores importantes no montante de renda familiar, embora se deva considerar que, conforme modelo 8.2, antes da participação nos programas de microcrédito, o aumento de um membro no domicílio e de R\$ 1,00 na renda dos micronegócios caracterizavam um aumento na renda familiar de cerca de R\$ 85,46. Assim, percebe-se uma redução da importância dessas variáveis (número de pessoas na família e renda dos micronegócios) no montante de renda familiar, haja vista que, após participação no programa, essas variáveis contribuíram com menor montante para o aumento da renda familiar.

Em síntese, as análises aqui desenvolvidas permitem a nítida percepção da evolução dos clientes dos micronegócios fomentados por programas de microcrédito.

Ao se considerar a evolução dos clientes atendidos ao longo do período, foram observados os ganhos em termos de renda, além da manutenção de pessoas em algum tipo de atividade produtiva. Além disso, verifica-se que o perfil das pessoas atendidas neste tipo de programa aproxima-se cada vez mais, daquele objetivado pelas instituições de microcrédito os quais sejam: detentores de algum tipo de atividade produtiva, com menores condições do ponto de vista de rendimentos e que, dificilmente, teriam acesso ao mercado formal de trabalho.

Pode-se concluir que o programa de microcrédito, em sua atuação na região Norte de Minas, tem corroborado muito mais para a manutenção que para a própria geração de empregos e renda na região Norte de Minas, o que não inviabiliza a possibilidade de que, ao se tornarem sustentáveis, esses programas possam refletir-se como base de sustentação econômica e conseqüentemente social, de boa parte da população regional.

## **6- CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As regiões brasileiras são bastante heterogêneas. Tal heterogeneidade impede a generalização de diagnósticos. Assim, as políticas voltadas para geração de emprego e renda devem ser descentralizadas na sua integralidade, pois, toda política deve ser precedida de um diagnóstico que identifique a origem do problema que se deseja enfrentar e, a partir daí, se construam as estratégias de intervenção.

A partir desta constatação, verificou-se que na Região Norte de Minas, existe pouca oferta de empregos formais, sendo identificada como um dos principais empecilhos para o crescimento econômico regional. Desta forma, constatou-se que a grande necessidade da região Norte de Minas Gerais consiste na aplicação de políticas voltadas para a geração de emprego e, conseqüentemente, de renda, sobretudo em se tratando de condições de emprego favoráveis, capaz de absorver grande parte da mão de obra regional local, caracterizada por uma população com baixo nível educacional, cujos salários, na maioria das vezes, são muito baixos.

A aposta nos programas de microcrédito, voltados para o atendimento aos pequenos e microempreendimentos, como estratégia de geração de novas oportunidades de trabalho e renda, revelou-se, por um lado, muito consistente, tendo em vista que os pequenos e microempreendimentos se apresentam como um segmento muito importante dentro do conjunto da economia mundial e nacional. Tais empreendimentos têm grande capacidade de gerar postos de trabalho, com rapidez e baixo custo; possibilitam a incubação de novos empresários; desconcentram geograficamente a atividade econômica; facilitam a distribuição da renda; apresentam notória flexibilidade, adaptabilidade e criatividade no enfrentamento das crises; envolvem majoritariamente as mulheres como empreendedoras.

Percebeu-se, por outro lado, no decorrer do trabalho, que, não obstante sua importância e potencialidades, os pequenos e microempreendimentos sofrem sérias limitações, dificuldades e fatores inibidores. Dentre tais aspectos, cita-se a dificuldade de acesso ao crédito, nas condições que necessitam e podem pagar, de modo que a viabilização de alternativas de crédito diferenciado para esse segmento passa a ser um importante desafio, dentro de um contexto de políticas ativas de emprego.

Os programas de microcrédito assumem então importante papel, caracterizando-se, fundamentalmente, pelo empréstimo de pequenos valores, em curtíssimo prazo, respaldados em garantias predominantemente pessoais - em especial, as solidárias.

Observa-se que as instituições de microcrédito em atuação na Região Norte de Minas vêm se relevando mais consistentes no que tange ao conceito de microcrédito no sentido estrito, assumindo cada vez mais seu papel no desenvolvimento regional e estando a caminho de atingir seu objetivo foco: atender a parcela da população empreendedora, marginalizada dos programas de crédito tradicionais. A concretização desse objetivo vem acontecendo à medida que estas instituições têm se tornado sustentável.

Desta forma, a efetividade dos programas de microcrédito na região pode ser visualizada através dos dados obtidos em estudos em campo. Esses revelaram a evolução da renda e do emprego da população atendida pelos programas, sendo que importante parcela de microempreendedores formais e informais tem se mantido em algum tipo de atividade produtiva, bem como ampliado a renda obtida nessas atividades ao longo do tempo. Tal situação permite uma condição digna de sobrevivência a esta população, que se torna capaz de arcar com seu próprio sustento e de sua família, com rendimentos que superam aqueles do próprio mercado de trabalho formal. Conseqüentemente, reproduz menor discriminação, em se tratando do atendimento à parcela da população economicamente ativa (porém marginalizada no mercado de trabalho formal), ao priorizar o atendimento às mulheres, idosos e pessoas com baixo nível educacional.

Foi possível observar que, para as pessoas que trabalham por conta própria, pertencer a um grupo assistido por programa de crédito próprio e específico, como o microcrédito, caracteriza melhor condição econômica e social. Isto porque, entre os beneficiados pelos programas, constatou-se melhoria de rendimentos ao longo do tempo, bem como a manutenção e a geração de maior volume de empregos. Essa constatação vem corroborar não só para ressaltar a importância dos programas de crédito na região, como também, evidenciam a carência de programas deste tipo para a sustentabilidade econômica e financeira de pequenas atividades produtivas, mantenedoras de emprego e geradoras de renda.

Finalmente, o presente trabalho abre perspectivas para outros estudos semelhantes quanto à atuação do programa, tanto em seus instrumentos de ação, quanto em seus indicadores de impacto, contribuindo, sobremaneira, para a tomada de decisões e a sensibilização dos seus dirigentes nas correções de imperfeições, em favor de sua eficiência no combate ao desemprego e exclusão social.

## 7- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO DO NORDESTE. Central de Microcrédito do Nordeste. 1102: *Manual básico CrediAmigo*, Fortaleza, 1998.

BANCO MUNDIAL (Schonberger) Brasil: uma avaliação da pobreza. In: *A Situação das Microfinanças no Brasil*. BNDES-BID, 2000.

BANCO MUNDIAL. *Relatório sobre o desenvolvimento mundial 2000/2001: luta contra pobreza*. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/poverty/portuguese/wdr/index.htm>>. Acesso em: 26 junho 2001.

BARROS, R. P., MENDONÇA, R. S. P. *Pobreza, estrutura familiar e trabalho*. Brasília: IPEA, 1995. 27p. (Texto para discussão, 366).

\_\_\_\_\_. A eficácia das políticas de trabalho e renda no combate à pobreza. In: VELLOSO, J.P. R., ALBUQUERQUE, R. C. (Coords), DORNELLES... [et al.]. *Soluções para a questão do emprego*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001. 150p.

CORAGGIO, José L. *Desenvolvimento humano e educação: o papel das ONGs latinoamericanas na iniciativa da educação para todos*. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 1996. 277p. (Prospectiva, 1).

CORDEIRO, L.MC. O Microcrédito e a Geração de Emprego e Renda no Norte de Minas: *Ênfase ao Crediamigo do Banco do Nordeste*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2001. (Dissertação de Mestrado).

DYMSKY, G. A. Keynesian theory of bank behavior credit-market. *Journal of Post Keynesian Economics*, v.10, n.4, p.499-526, 1998.

\_\_\_\_\_. Keynesian uncertainty and asymmetric information: complementary or contradictory?. *Journal of Post Keynesian Economics*, v.16, n.1, p.49-54 1993.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Produto interno bruto de Minas Gerais: municípios e regiões*. Belo Horizonte: FJP, 2001.

GAIGER, L. I. G. (Coord.) *Fluxos de capital e pobreza urbana*. 50p. (Trabalho apresentado no Seminário Nacional Sobre Pobreza Urbana e Desenvolvimento, Recife, 1978)

GARSON, J. *Microfinance and anti-Poverty Strategies - A Donor Perspective*. Whshington DC: UNCDF, 1998.

GOLDMARK, L., et al. *A situação das microfinanças no Brasil*. Rio de Janeiro, BNDES, 2000.

IPEA- Instituto de Pesquisas e Economia Aplicada. O mapa da fome: subsídios à formulação de uma política de segurança alimentar. Brasília, março de 1993.

LEDGERWOOD. J. *Microfinance Handbook: Na Institutional and Financial Perspective*. Washington DC: World Bank, 1999.

LUSTOSA, T. Q., FIGUEIREDO, J. B. B. *Pobreza no Brasil: métodos de análise e resultados*. Rio de Janeiro: UFRJ/IEI, 1989. 59p (Texto para discussão, 205).

MORDUCH, J. The Microfinance Promise. In: *Journal of Economic Literature*, v. 37, USA, dec/1999.

NUÑES, Orlando. Os caminhos da revolução e a economia solidária. *Proposta*, Rio de Janeiro, v.26, n. 75, p.48-58, dez./fev. 1997/98.

OIT. *La exclusion social em América Latina*. Lima: OIT. 1995.

OLIVEIRA, C. A. B. , HENRIQUE, W. *Determinantes da pobreza no Brasil: um roteiro de estudo*. Campinas: UNICAMP, 1990. p.14. (Texto para discussão, 3).

OTERO, M., RHYNE, E. *The new world of mincroenterprise finance*. Chicado: Kumarian, 1994.



POCHMANN, M. Políticas de emprego e renda no Brasil. In: BOGUS, L. , PAULINO, A. Políticas de emprego, políticas de população e direitos sociais. São Paulo: Educ. 1997.

PROMICRO. Manual regulamentar do programa de microcrédito da Visão Mundial, 1999.

RAMOS, C. A. *Programas federais de apoio aos pequenos investimentos: justificativas, características e balanço preliminar*. Brasília: IPEA., 1998. p.25 (Texto para discussão, 546).

RAZETO, Luís. Economia de solidariedade e organização Popular. In: GADOTTI, Moacir, GUTIÉRREZ, Francisco (Orgs). *Educação comunitária e economia popular*. São Paulo: Cortez, 1993. p. 34-58.

RIBEIRO, Mauro Sudano. *Fragilidade financeira e ajuste do sistema bancário comercial brasileiro pós-plano real*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1999. 130p. (Dissertação de Mestrado).

RODRIGUES, Luciene, OLIVEIRA, Marcos F. Formação econômica do Norte de Minas e o período recente. In: FORMAÇÃO social e econômica do Norte de Minas. Montes Claros: UNIMONTES, 2000. cap. 2

ROMÃO, M. C. *Pobreza: conceito e mensuração*. Brasília: IPEA, 1993. (Cadernos de economia, 13).

ROSA, A.L.T. , CASTELAR, I. Demanda por microcrédito em Fortaleza: uma aplicação do método de avaliação contingente. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v.30, n.Especial, p.780-797, dez. 1999.

ROSALES, R. *Marco jurídico para as instituições de microcrédito*. Rio de Janeiro: BNDES, 2000.

SANTOS, M. *Pobreza urbana*. São Paulo: Hucitec, 1978. 119p.

\_\_\_\_\_. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.

SEN, A. *Three notes on the concept of poverty, world employment porgramme research Working*. Genebra: I.L.O, 1978. (Paper, 65) Apud LUSTOSA, T. Q. , FIGUEIREDO, J. B. B. *Pobreza no Brasil: métodos de análise e resultados*. Rio de Janeiro: UFRJ/IEI, 1989. 59p.

\_\_\_\_\_. Issues in the measurement of inequality: some difficulties, in krelle and shouocks. *Scandinavian Journal of Economics*, v.81, 1979. Apud LUSTOSA, T.Q. , FIGUEIREDO, J. B. B. *Pobreza no Brasil: métodos de análise e resultados*. Rio de Janeiro: UFRJ/IEI, 1989.

SHARIF, I. *Poverty and finance in Bangladesh: a new policy adenga, in who nedds credit?* In: WOOD, G. D., SHARIF, I. (Eds), *Poverty and finance in Bangladesh*. New York: Zed Books, 1997, 1997. Apud WRIGHT, G .A. N. *Microfinance systems: designing quality financial services for the poor*. London : New York: Zed Books, 2000.

STIGLITZ, J. E. Governo, mercado financeiro e desenvolvimento econômico. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, v.44, n.3, jul./set. 1990. p.269-295.

SZAL, R.J. *Poverty: measurement and analysis*. Geneve: I.L.O, 1977 (Research Working Paper, 60) Apud LUSTOSA, T. Q., FIGUEIREDO,J. B. B. *Pobreza no Brasil: métodos de análise e resultados*. Rio de Janeiro: UFRJ/IEI, 1989.

THEODORO, M. *As bases da política de apoio ao setor informal no Brasil*. Brasília: IPEA, 2000. (Texto para discussão, 762).

VASCONCELLOS, Marco A. S., GREMAUD, A. P., TONETO, J. R. *Economia brasileira contemporânea*. 3.ed. São Paulo: Atlas. 1999.

VELLOSO, J. P. R., ALBUQUERQUE, R. C. (Coords). *Pobreza, cidadania e segurança*: Rio de Janeiro: José Olympio, 1999. 308p.

WERKEMA, M. C. C., AGUIAR, S. *Análise de regressão: como entender o relacionamento entre as variáveis de um processo*. Belo Horizonte: Fundação Christiano Ottoni / Escola de Engenharia da UFMG, 1996. 311p.

WRIGHT, Graham A.N. *Microfinance Systems: Designing Quality Financial Services for the Poor*. London & New York: Zed Books Ltd. e Dhaka: The University Press Limited. 2000.

YUNUS, Muhammad, JOLIS Alan. *O banqueiro dos pobres*. São Paulo: Ática, 2000. 343p.

<<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em 15 de ago. 2005

<<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 15 de ago. 2005

<<http://www.banconordeste.gov.Br>>. Acesso em 20 de ago. 2005